
O USO DE OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA CONSTRUÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Leonildo Leal Gomes¹

Doutorando em Estudos da Linguagem – UFRN
Professor de Língua Portuguesa – IFPE

Maria das Graças Soares Rodrigues²

Doutora em Linguística – UFPE
Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL/UFRN

RESUMO: Neste artigo, temos por objetivo analisar o uso dos operadores argumentativos na construção da fundamentação teórica em artigos científicos. Para tanto, trabalhamos com 35 textos produzidos por estudantes egressos do curso de graduação em Pedagogia pela UFPE em 2016. A pesquisa é de natureza documental e de abordagem tanto qualitativa como quantitativa, o que permitiu reconhecer o delineamento sequencial-composicional do gênero, especialmente os planos de texto, suas regularidades e especificidades (ADAM, 2011; CAMPOS; RODRIGUES, 2018; MEDEIROS; RODRIGUES, 2018); verificar a ocorrência dos operadores como estratégia argumentativa (DUCROT, 1987); e interpretar os sentidos veiculados pelos operadores. Os resultados indicam a predominância dos operadores de contrajunção, seguidos dos elementos coesivos de ressalva e de conclusão.

Palavras-chave: Plano de texto. Operadores argumentativos. Estratégia argumentativa.

Considerações iniciais

Há estudos no Brasil que se debruçam sobre a escrita no ensino superior e versam sobre as marcas de autoria (SILVA, 2013). Além disso, há diversos estudos acerca dos mecanismos de coesão textual que contribuem para a orientação argumentativa (DUCROT, 1987; PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002). Essas pesquisas reforçam as discussões quanto ao letramento na graduação e suas implicações na produção de conhecimento científico no universo acadêmico.

¹ Endereço eletrônico: leonildo.leal@vitoria.ifpe.edu.br

² Endereço eletrônico: gracasrodrigues@gmail.com

Partimos da hipótese de que a dificuldade dos estudantes concludentes do curso de Pedagogia, no que se refere à competência na produção escrita do trabalho de conclusão, é resultado tanto da falta de organização e gerenciamento das vozes e das marcas autorais, quanto da construção da orientação argumentativa. Além disso, a fragilidade de seus textos provém da pouca familiaridade com os aportes teóricos, suas distinções conceituais e as estratégias das quais eles dispõem para a progressão textual.

Como fundamentação teórica, tomamos duas perspectivas em posição de complementaridade: a primeira, discursiva, reconhecendo as possibilidades de estruturação dos planos de texto fixos ou ocasionais; a segunda, textual, levando-se em conta a visada argumentativa e os desdobramentos discursivos a partir dos diversos marcadores de relação oracional / transfrástico.

Com base nessas considerações, delimitamos nosso trabalho em dois momentos: no primeiro, discutimos os gêneros discursivos numa perspectiva bakhtiniana da linguagem, com enfoque nos artigos produzidos em contexto da formação acadêmica, além de tecermos algumas distinções entre texto e discurso e entre Linguística do texto e análise textual dos discursos; em seguida, apresentamos um panorama dos estudos da Linguística do texto, as categorias de estudo propostas e suas relações com a análise do discurso, destacando as ocorrências e a natureza das estratégias de articulação as quais os graduandos dispuseram em suas produções textuais.

Os gêneros discursivos

A noção de gênero do discurso se tornou objeto de interesse de pesquisa no contexto acadêmico, inclusive na área da Linguística do texto, entre outras. É válido ressaltar que nem todas as pesquisas que investigam a noção de gênero estão pautadas nos mesmos aportes teóricos, nem compreendem, assim, o gênero como um mesmo objeto. Neste estudo, tomamos Bakhtin como referência em trabalhos sobre gênero, seja pela amplitude conceitual que as pesquisas na atualidade apresentam, seja pela atualização das questões levantadas dentro da perspectiva teórica bakhtiniana.

Para Bakhtin (2009), os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis e estão em constante processo de transformação. A intersubjetividade, que constitui uma das propriedades do pensamento bakhtiniano, nos permite compreender a relação entre língua, gênero e

enunciado. É a partir do dialogismo no uso da língua, a qual os locutores dispõem para lograr êxito em seus propósitos de comunicação, que reconhecemos a aparente estabilidade constitutiva dos gêneros; assim, as pistas textuais, os mecanismos linguísticos de articulação e a situação concreta é que definem os sentidos do texto. Para o autor (2009, p. 95-96), “trata-se de utilizar as formas normativas num dado contexto concreto”, o que evidencia o caráter mutável dos gêneros discursivos e, conseqüentemente, do enunciado. Isso não quer dizer que há uma separação entre as formas linguísticas e as sentenças em uma perspectiva da enunciação; pelo contrário, nas palavras do próprio autor (2009, p. 99),

[...] o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas da nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa não é o aspecto da forma linguística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. Não: para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada.

Assim, os gêneros servem como modelos comunicativos que têm como objetivo fundamental criar expectativas nos interlocutores preferenciais preparando-os para as diversas reações possíveis. Segundo Flores e Teixeira (2005, p. 54), “A condição para que as relações lógico-semânticas se tornem dialógicas é que sejam materializadas em discurso (enunciado) e assumidas por um autor de quem as regularidades expressam uma posição”.

Mesmo que os estudos sobre gêneros discursivos sejam discutidos por abordagens aparentemente distintas, todos eles reconhecem a importância dos aspectos contextuais e sociais na compreensão e no estabelecimento dos propósitos comunicativos. E é nesse momento que há uma distinção clara entre os estudos saussurianos e o pensamento de Bakhtin: para aquele, o sujeito não é objeto de sua análise, ao passo que a proposta bakhtiniana coloca a realização linguística como aspecto central da comunicação e permite a distinção entre estrutura oracional e enunciado.

Os artigos científicos

A heterogeneidade dos gêneros discursivos é imensa. Isso decorre da necessidade que o homem tem para realizar seus propósitos, tendo em vista que as possibilidades da atividade humana são plurais, e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferencia e cresce à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera.

Novas formas de compreender o mundo, de interpretar e organizar o conhecimento impactam não só na vida cotidiana em família, mas também na inserção do indivíduo no processo de sua formação acadêmica no ensino superior. Esse conjunto de saberes e competências se reflete na forma como o indivíduo estabelece relações com os diversos gêneros discursivos e, em decorrência, na produção científica.

É nesse sentido que o trabalho de escrita se situa, não na espontaneidade, mas na necessidade de se escolher sucessivas vezes estratégias *do dizer* numa preocupação constante com o *como dizer*. Para tanto, mobilizamos dispositivos linguísticos, cognitivos e semióticos, a fim de reconhecermos aspectos intersubjetivos indispensáveis à comunicação verbal.

A distinção que Bakhtin faz entre os gêneros discursivos primários e secundários, em que os segundos compreendem os códigos culturais mais elaborados com uso frequente da escrita, nos permite enxergar particularidades que existem nos gêneros, inclusive, nos da esfera acadêmica. Reconhecemos que não se deve negar a relação entre os gêneros primários e secundários, tendo em vista a comunicação cotidiana atualizar constantemente os gêneros mais elaborados da cultura escrita.

Da mesma forma, os textos exigidos e produzidos na esfera acadêmica são variados e caracterizados pela pertinência temática, pela forma e, conseqüentemente, pela sua extensão, podendo se emoldurar em gêneros bem conhecidos (ensaios e resenhas, artigos científicos, monografias, relatórios, dissertações e teses, entre outros), mas que guardam entre si certas peculiaridades formais. Um deles é o artigo científico, que se configura, segundo Lakatos e Marconi (1991), como estudo de recorte profundo, permite certas generalizações de teor acadêmico e resguarda o rigor em suas análises. Já para Leibruder (2000), os artigos científicos, não importando se são provenientes de uma autoria solitária ou se são produzidos por vários escreventes, têm a finalidade de divulgar a síntese analítica, a partir de estudos desenvolvidos e dos resultados obtidos com as investigações propostas.

Nos estudos sobre a escrita acadêmica, parte-se fundamentalmente da compreensão de que há uma especificidade no trabalho com a escrita, e esta se difere das operações tomadas para realizar outras formas de linguagem, inclusive quando usamos marcadores de progressão textual. São modelos de escrita não habituais que demandam considerável esforço cognitivo, além de exigir apurado domínio no uso dos operadores argumentativos.

Para Pescuma e Castilho (2008, p. 13), a construção dos trabalhos de conclusão de curso permite ao indivíduo reconhecer o caráter exploratório dos textos acadêmicos e, ao final da elaboração, o escrevente “deve ter adquirido a capacidade redigir o seu texto corretamente, no tocante à clareza e coerência da argumentação e à utilização de normas técnicas”.

É necessário compreender, então, o modo como os escreventes, após as leituras sistemáticas e as pesquisas documentais e/ou empíricas durante a graduação, conseguem manifestar linguisticamente reflexões acerca do conhecimento adquirido, mobilizando os mais diversos recursos para escrita monográfica em formato de artigo científico.

Espera-se que a inserção do indivíduo no espaço acadêmico o submeta às diversas possibilidades de se manifestar sobre o conhecimento culturalmente organizado, apropriando-se de saberes e competências, a fim de construir seu ponto de vista e intervir na realidade concreta.

Procedimentos metodológicos

É importante compreender, *a priori*, em que consiste a noção de método, antes de versarmos sobre a metodologia adotada nessa investigação. Tomamos formalmente a distinção entre os conceitos atribuídos por Minayo e Sanches (1993) e Oliveira (1999). Para os primeiros, o método permite relacionar teoria com a realidade concreta, no sentido de explicar como são formulados os princípios filosóficos amplamente difundidos. O segundo conceitua como um conjunto de processos pelos quais é possível conhecer ou reconhecer determinada realidade, com o intuito de desenvolver procedimentos de interação com o meio.

Essa complementaridade conceitual nos permite entender as diferenças entre a indução e a dedução no processo de investigação, além de imaginarmos qual abordagem se coaduna com os propósitos da pesquisa científica. Assim, o próprio Oliveira (1999, p. 115) atribui ao pesquisador a tarefa de escolher “com muita eficiência os instrumentos que mais se adequam

para efetuar a coleta de informações”. Ainda para ele, a adoção do estudo descritivo oferece condições para se explicar as relações de causa e efeito dos fenômenos.

Assim, esta investigação seguiu procedimentos metodológicos de natureza interpretativista, que se propõe a reconfigurar alguns princípios sobre a análise textual dos discursos, estabelecendo relações efetivas entre as teorias subjacentes às práticas de análise e à realidade concreta.

Nesta pesquisa, predominou o método indutivo, por permitir a construção e/ou o reordenamento de paradigmas reconhecíveis durante o tratamento dos dados. É inegável a necessidade de se estabelecer premissas a partir da teorização de experiências reais anteriores para compreensão dos fenômenos observados durante a investigação empírica, mas o que define a pesquisa, inclusive nas áreas das ciências humanas, sociais e da linguagem, é o ajustamento da(s) teoria(s) às reflexões e conclusões obtidas. Também é preciso reconhecer os aspectos contextuais que se debruçam sobre o *corpus*: a materialidade discursiva tem estreita relação com o tempo e com o espaço que circunscreve a ação. Nessa direção, não é possível ignorar o caráter temporal de qualquer pesquisa no âmbito das ciências sociais, inclusive quando ela está pautada numa abordagem predominantemente qualitativa.

Compreende-se que, se essa pesquisa é indutiva, a escolha metodológica é orientada pelo objeto pesquisado e pelos fenômenos que, *a priori*, se manifestam no *corpus*. Dessa forma, as hipóteses formuladas nos permitem delinear quais os passos, tanto quanto os limites do universo pesquisado, inclusive para reconhecermos o alcance das generalizações possíveis.

Nesse sentido, analisamos 35-artigos científicos, formato exigido para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, entregues em formato digital, referente a 2016, e que se encontram no repositório digital da instituição. Tratou-se, portanto, de uma pesquisa documental, pois os dados não passaram por nenhum tratamento analítico, e buscou-se investigar os planos de texto e os operadores argumentativos e a contribuição desses para a organização textual.

Para a escolha das categorias de análise, além dos próprios dados, tomamos como aporte teórico Adam (2011). Essa escolha se justifica pela forma como se dá a estrutura do gênero, ou seja, a partir do conhecimento acerca do plano de texto canônico, que a tradição linguístico-discursiva configurou, e pela possibilidade de resignificação das seções a critério do escrevente, adequando-se ao tema e aos propósitos da comunicação. Já a escolha dos operadores

de argumentação se deu pela capacidade que oferecem, não apenas na relação oracional e transfrástica, mas também na relação entre a orientação argumentativa e a possível responsabilidade enunciativa.

Análises e resultados

O plano de texto

Os textos que compõem o *corpus* deste estudo se inserem no âmbito das pesquisas desenvolvidas no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Há um espectro relativamente extenso no que concerne à temática. Isso nos levou a identificar 14 temas, conforme segue:

Quadro 1 – Temas dos artigos que constituem os *corpora*

| N. | Temas | Quantidade |
|-----|--|------------|
| 1. | Formação docente | 05 |
| 2. | Prática inclusiva | 05 |
| 3. | Leitura e escrita de gêneros textuais | 05 |
| 4. | Prática educativa - Educação não formal | 04 |
| 5. | Questões de gênero: étnico-raciais | 04 |
| 6. | Letramento literário | 03 |
| 7. | Relação família/escolar | 03 |
| 8. | Educação Infantil | 02 |
| 9. | Educação e trabalho | 01 |
| 10. | Educação e espiritualidade | 01 |
| 11. | Gestão escolar | 01 |
| 12. | Avaliação da aprendizagem | 01 |
| 13. | Educação e cidadania | 01 |
| 14. | Educação e construção identitária do sujeito | 01 |

Há correspondência entre os temas abordados e a prevalência no uso de determinados conectores contra-argumentativos fortes e fracos, sendo mais recorrentes nos artigos sobre **Prática inclusiva**, seguido de **Relação família/escola** e **Questões de gênero: étnico-raciais**.

Dividimos os dados, para análise quantitativa, em duas categorias: conectores argumentativos e conectores contra-argumentativos; os primeiros correspondendo àqueles

comumente utilizados como introdutores de sentença explicativa ou conclusiva, os demais, aos conectores de refutação.

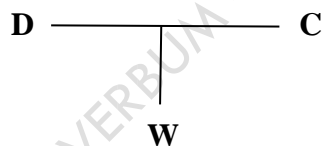
Assim, os encadeamentos explicativos são realizados preferencialmente pelo conector **pois**, sendo o operador argumentativo **porque** o segundo mais frequente (46% e 35%, respectivamente). Nas sentenças de fechamento de proposição, os conectores **então** e **portanto** são os mais acionados pelos escreventes (36% e 27%, respectivamente).

Quando se trata de conectores de contra-argumentação, o operador **mas** foi o mais frequente (425 ocorrências); já o conectivo **porém** aparece como segundo mais utilizado nas construções argumentativas (156 casos), além do operador **no entanto** (71 vezes). Levando-se em conta apenas os três conectores contra-argumentativos fortes (ADAM, 2011, p. 191), eles correspondem a 86% de todos os mecanismos de contraposição presentes nos textos analisados.

Quanto aos operadores de menor grau argumentativo, temos **embora** e **apesar de** como formas prototípicas significativamente mais comuns do que os demais marcadores de relação frásica/transfrásica dessa categoria (71 e 40 casos, respectivamente). Eles representam 65% de todos os conectores de ressalva e de imprecisão presentes nos textos analisados. Vale ressaltar que o segundo conectivo citado aparece frequentemente posposto ao dado (em apenas 15 das 40 aparições ele está introduzindo a sentença), o que também é possível perceber sobre o conector **embora** que, em apenas 17 casos ocupa posição introdutória do enunciado.

A partir da tabulação dos dados coletados, percebemos a prevalência dos operadores argumentativos fortes como estratégia de construção. Também tomamos como aporte teórico-metodológico o esquema de argumento de Toulmin (2001), que nos oferece uma distinção entre os elementos que constituem a estrutura argumentativa:

Figura 1 – Esquema argumentativo

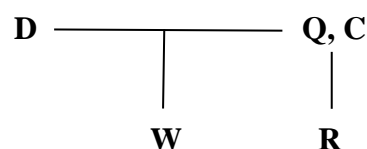


Fonte: Toulmin (2001, p. 150).

Todavia, a estrutura tripartite se mostrou insuficiente em contextos mais complexos. Assim, foi preciso acrescentar modalizadores e condições de refutação, como mecanismos de

recorte da justificativa, a fim de reforçar o argumento, delimitando circunstancialmente a justificativa. Assim, temos:

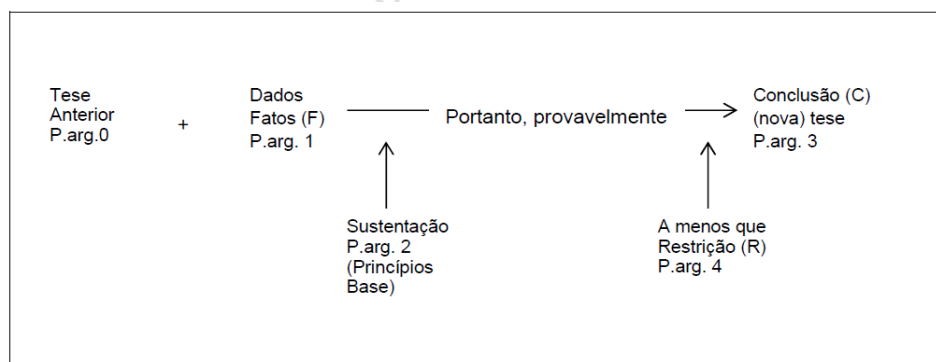
Figura 2 – Esquema argumentativo



Fonte: Toulmin (2001, p.150)

Para Adam (2011, p. 234), há, diante do modelo proposto por Toulmin (2001), um complicador na sequência argumentativa, pois a tese anterior pode conferir caráter contrário à posição assumida pelo locutor/enunciador primeiro (L1/E1), sugerindo uma voz anônima ou uma orientação argumentativa dissonante (um enunciador segundo). Nesse caso, diferente da refutação, teríamos um novo ponto de vista construído na sequência.

Figura 3 – Esquema 22 – Modelo da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2011, p. 235).

Delimitação da estrutura argumentativa – análise do *corpus*

Após a descrição da recorrência dos conectivos, optamos por analisar três casos, em que é possível compreender como se delineiam os marcadores textuais, mostrando como eles constituem o argumento na fundamentação teórica dos artigos científicos. Aqui cabe não apenas fazer apontamentos sobre o uso dos conectores, mas também reconhecer o aspecto polifônico característico da contra-argumentação.

Quadro 2 – Excerto do artigo científico 1 (p. 10)

| Artigo 1 | |
|---|--|
| Para a educação não formal, não existe instrução prévia das ações que deverão ser realizadas por um pedagogo, até porque estamos lidando com o acontecimento de experiências entre sujeitos distintos, seja ele educador ou educando, e as experiências acontecem em tempos distintos para cada um. Ter um padrão de ações é prever algo que ainda não aconteceu, é estar tomando para si um resultado que ainda não se tem na prática. Desse modo estaríamos tratando a educação não formal através da lógica formal da educação. | |

Conforme a estrutura oferecida por Adam (2011, p. 235), poderíamos segmentar o texto conforme segue:

Tabela 1 – Esquema argumentativo do excerto 1 (Quadro 2)

| | | |
|----|------------------------|---|
| 1. | Dado | não existe instrução prévia das ações que deverão ser realizadas por um pedagogo |
| 2. | Justificativa 1 | até porque estamos lidando com o acontecimento de experiências entre sujeitos distintos, seja ele educador ou educando, e as experiências acontecem em tempos distintos para cada um |
| 3. | Justificativa 2 | Ter um padrão de ações é prever algo que ainda não aconteceu, é estar tomando para si um resultado que ainda não se tem na prática. |
| 4. | Conclusão | Desse modo estaríamos tratando a educação não formal através da lógica formal da educação. |

No excerto, identificamos dois argumentos que justificam a ideia implícita contida na negação, quanto à existência de instrução prévia das ações, porém a segunda explicação não dispõe de marcador textual, o que, para Charaudeau (2012, p. 204), a natureza argumentativa se dá tanto pelos mecanismos de coesão, como pela organização discursiva. O operador **até porque** contribui sobremaneira para a sustentação da argumentação, quando introduz uma sentença

caracterizadora do contexto hipotético, diferentemente da segunda justificativa, que estabelece uma relação lógica com ações e expectativas concretas.

Quadro 3 – Excerto do artigo científico 19 (p. 5)

| Artigo 19 | |
|--|--|
| <p>Segundo Soares (2012), existe uma diferença entre ser letrado e alfabetizado, ou seja, entre saber ler e escrever, e viver na condição de quem sabe ler e escrever. Em outras palavras, percebe-se que para esta autora, existe a possibilidade da existência do iletramento, já que aquele que não usa socialmente a escrita embora estando alfabetizado não pode ser considerado um indivíduo em estado de letramento. Todavia, concorda-se com Tfouni (1995), a qual considera que o iletramento não existe nas sociedades modernas, pois de alguma forma o sistema de escrita exerce influência sobre os sujeitos não alfabetizados ou não escolarizados, reafirmando que o letramento é um processo mais amplo e mais complexo que a alfabetização, porém, bastante interligado (TOUFNI, 1995). Neste sentido, Kleiman (2005) afirma que a alfabetização é uma prática de letramento característica da instituição escolar, que como tal tem características específicas (conjunto de saberes, processo de aquisição do sistema) diferenciadas do letramento mesmo sendo parte integrante dele. Isto leva à compreensão de que o letramento não é apenas uma habilidade ou método como muitas vezes é confundido.</p> | |

O excerto anterior nos oferece importantes pistas sobre a composição de seqüências argumentativas. Vejamos:

Tabela 2 – Esquema argumentativo do excerto (Quadro 3)

| | | |
|----|------------------------------|--|
| 1. | Dado 1 | Segundo Soares (2012), existe uma diferença entre ser letrado e alfabetizado, ou seja, entre saber ler e escrever, e viver na condição de quem sabe ler e escrever. |
| 2. | Dado 2 (reformulação) | Em outras palavras, percebe-se que para esta autora, existe a possibilidade da existência do iletramento, |
| 3. | Justificativa 1 | já que aquele que não usa socialmente a escrita [...] não pode ser considerado um indivíduo em estado de letramento. |
| 4. | Ressalva | embora estando alfabetizado |
| 5. | Refutação (Dado 3) | Todavia, concorda-se com Tfouni (1995), a qual considera que o iletramento não existe nas sociedades modernas, |
| 6. | Justificativa 2 | pois de alguma forma o sistema de escrita exerce influência sobre os sujeitos não alfabetizados ou não escolarizados, reafirmando que o |

| | | |
|----|------------------|---|
| | | letramento é um processo mais amplo e mais complexo que a alfabetização, porém, bastante interligado (TOUFNI, 1995). |
| 7. | Reforço | Neste sentido, Kleiman (2005) afirma que a alfabetização é uma prática de letramento característica da instituição escolar, que como tal tem características específicas (conjunto de saberes, processo de aquisição do sistema) diferenciadas do letramento mesmo sendo parte integrante dele. |
| 8. | Conclusão | Isto leva à compreensão de que o letramento não é apenas uma habilidade ou método como muitas vezes é confundido. |

O primeiro enunciado é constituído de uma citação indireta, o que permite ao escrevente reformulá-lo, porém ele não o faz exatamente, produzindo uma sentença que extrai elementos implícitos (a existência do iletramento contida na informação anterior). Assim, a primeira justificativa coaduna tanto com a primeira afirmação, quanto com o segundo enunciado.

Em seguida, percebemos a presença do conector **todavia**, que, sendo um operador de argumento forte, contradiz essencialmente a informação ora tratada como implícita na voz do enunciador segundo, e que fica claro a partir da justificativa que sucede o enunciado. Vale ressaltar a ocorrência dos conectivos de relação intrafrasal, categoria não selecionada para esta investigação.

Mesmo operando com um conector aparentemente conclusivo (**Nesse sentido**), o escrevente lança mão de uma sentença introdutória da fala de outrem (enunciado 7), reforçando as justificativas anteriores com um argumento de autoridade.

Por fim, na última sentença, em vez de serem utilizados operadores argumentativos prototípicos, o texto dispõe de expressão com valor conclusivo sem mencionar a identidade de quem mantém uma compreensão equivocada sobre o letramento. Além disso, a expressão introdutória da sentença remete a uma conclusão não categórica.

Quadro 4 – Excerto do artigo científico 2 (p. 1)

| Artigo científico 02 |
|---|
| Cruz (2013) ao analisar 10 coleções diferentes com 3 (três) volumes cada sobre o que propõe os livros didáticos sobre classificação na educação infantil, encontrou 5 (cinco) tipos diferentes de atividades: 10 atividades com critério de classificação livre; 162 atividades com classificação a partir de uma propriedade comum; 05 atividades com classificação a partir da combinação de duas ou mais propriedades; 30 atividades de classificação a partir da negação de uma |

propriedade; 12 atividades com critério de classificação a ser identificado. **Porém**, apenas dois tipos de atividades (classificação a partir de uma propriedade comum e classificação a partir da negação de uma propriedade) foram encontradas em todas as coleções. Assim, 71% das atividades solicitavam a classificação a partir de uma propriedade comum, com critério previamente definido. A autora, **portanto, chega à conclusão** de que a grande parte das atividades não levam os alunos a refletirem sobre os critérios de classificação. **Dessa maneira**, entendemos que essas atividades não possibilitam que os alunos desenvolvam autonomia.

O excerto anterior é mais um exemplo de como a orientação pode ser construída a partir de elementos difusos, que explicitam a polifonia recorrente nos textos analisados.

Tabela 3 – Esquema argumentativo do excerto (Quadro 4)

| | | |
|----|---|--|
| 1. | Dado 1 | Cruz (2013) ao analisar 10 coleções diferentes com 3 (três) volumes cada sobre o que propõe os livros didáticos sobre classificação na educação infantil, encontrou 5 (cinco) tipos diferentes de atividades: 10 atividades com critério de classificação livre; 162 atividades com classificação a partir de uma propriedade comum; 05 atividades com classificação a partir da combinação de duas ou mais propriedades; 30 atividades de classificação a partir da negação de uma propriedade; 12 atividades com critério de classificação a ser identificado. |
| 2. | Refutação (Dado 2) | Porém , apenas dois tipos de atividades (classificação a partir de uma propriedade comum e classificação a partir da negação de uma propriedade) foram encontradas em todas as coleções. |
| 3. | Conclusão 1 (enunciador segundo) | A autora, portanto, chega à conclusão de que a grande parte das atividades não levam os alunos a refletirem sobre os critérios de classificação. |
| 4. | Conclusão (Reforço) | Dessa maneira , entendemos que essas atividades não possibilitam que os alunos desenvolvam autonomia. |

A proposição inicial se constitui da voz de um enunciador segundo, que oferece subsídios para a refutação parcial da assertiva. Em seguida, há duas proposições conclusivas que atestam o jogo polifônico da argumentação: a primeira, mais relevante, tem caráter empírico, quando se refere ao objeto de análise; a segunda evidencia o aspecto conceitual, que coaduna com a natureza das atividades constantes em todas as coleções.

Considerações finais

Os conectores argumentativos são dispositivos essenciais, não apenas para a progressão textual, como também são fundamentalmente responsáveis pelo entrecruzamento das vozes presentes na trama discursiva. É importante salientar a recorrência de outros recursos que orientam argumentativamente o texto, porém esses conectores permitem, conforme Adam (2008, p. 189) “uma reutilização de um conteúdo proposicional”.

Nesse sentido, é possível perceber que a estrutura prototípica apresentada por Toulmin (2001) não é suficiente para representar as diversas possibilidades de construção argumentativa; tampouco há linearidade no ordenamento das sentenças quando levamos em consideração a proposta de Adam (2008, p. 234). A desproporcionalidade quanto ao uso entre os conectores explicativos, conclusivos e de refutação/ressalva sugere essa infrequência das sequências argumentativas modelares. Vale ressaltar que não há, pelo menos nos excertos analisados, consideráveis prejuízos quanto aos propósitos comunicativos; pelo contrário, renegociando as posições na sequência, o texto se eleva em qualidade e nos permite refletir sobre outras possibilidades de construção argumentativa.

A investigação aponta para a complexidade entre as sínteses atribuídas ao locutor/enunciador primeiro e aos enunciadores segundos, quando há sobreposição de marcadores textuais conclusivos.

Referências

ADAM, J.-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad. de Maria das Graças Soares et al. Revisão técnica de João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi. São Paulo: Cortez, 2011.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. SP: Hucitec, 2009.

CAMPOS, M. I.; RODRIGUES, M. das G. S. Produção de resenha acadêmica: uma abordagem dos gêneros do discurso. *Linha D'Água*, v. 31, n. 1, p. 221-237, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v31i1p221-237>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. e org. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000.

MEDEIROS, C. M. de; RODRIGUES, M. das G. Responsabilidade enunciativa na seção “das preliminares” do gênero jurídico Contestação. *Revista Linguística*, v. 34, p. 88-112, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=2079-312X20180001&lng=es&nrm=isso>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. de Saúde Públ.*, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PESCUMA, D.; CASTILHO, A. P. F. de. *Projeto de pesquisa: O que é? Como fazer? Um guia para sua elaboração*. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

SILVA, I. F. de O. *O lugar discursivo do discente em produções textuais acadêmicas: uma questão de autoria?* Recife, 2013. 211 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

TOULMIN, S. *Os usos do argumento*. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THE USE OF ARGUMENT OPERATORS IN CONSTRUCTION OF THEORETICAL FOUNDATION IN SCIENTIFIC ARTICLES

ABSTRACT: In this article, we aim to analyze the use of argumentative operators in the construction of theoretical foundation in scientific articles. Therefore, we worked with 35 texts produced by students graduating from the undergraduate degree in Pedagogy from UFPE in 2016. The research is documentary in nature and both qualitative and quantitative, which allowed us to recognize the sequential-compositional delineation of the genre, especially the ones. text plans, their regularities and specificities (ADAM, 2011; CAMPOS; RODRIGUES, 2018; MEDEIROS; RODRIGUES, 2018); verify the occurrence of operators as an argumentative strategy (DUCROT, 1987); and interpret the meanings conveyed by the operators.

The results indicate the predominance of the counterjunction operators, followed by the cohesive exception and conclusion elements.

Keywords: Text plane. Argumentative operators. Argumentative strategy.

Envio: junho/2019

Aceito para publicação: agosto/2019

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267